



Plano Nacional de Fertilizantes é importante para o fim da dependência de importações

Indústria apoia novo relatório da PEC 110, diz CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que novo relatório da PEC 110 deixou a proposta ainda mais positiva. De acordo com o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, os aperfeiçoamentos no texto trazem maior segurança às empresas e aos governos estaduais e ampliam a base de apoio à PEC 110.

“Um ponto importante será o uso dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para a manutenção da competitividade das empresas que têm incentivos de ICMS até 2032. De modo geral, as alterações reduziram as resistências pontuais à proposta e não afetam a qualidade da Reforma Tributária prevista na PEC 110”, explica Robson Andrade.

Segundo o presidente da CNI, a Reforma Tributária Ampla tem a capacidade de acelerar o ritmo de crescimento econômico, pois elimina distorções, desonera exportações e investimentos, simplifica e dá mais transparência à tributação sobre o consumo no Brasil. “Por isso, a CNI defende que a aprovação da PEC 110 aconteça ainda no primeiro semestre de 2022, para destravar o crescimento da economia, criar empregos e melhorar a qualidade de vida da população”, afirma Robson.

Principais avanços em relação ao relatório anterior

1) Garantia de recursos para compensar os atuais incentivos de ICMS até 2032

Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) serão aplicados prioritariamente para a manutenção da competitividade das empresas que têm incentivos de ICMS até 2032. Essa medida traz maior segurança às empresas que fizeram seus investimentos com base nesses incentivos.

2) Aumento de garantias aos contribuintes de direito a crédito amplo no IBS e na CBS

Assegura que as regulamentações do IBS (imposto de estados e municípios) e da CBS (tributo federal) não poderão criar vedações adicionais ao direito das empresas se creditarem em relação às já previstas na Constituição, pela PEC 110. Isso confere maior segurança às empresas quanto à garantia da aplicação do conceito de crédito amplo, tão importante para a redução da cumulatividade, que é um dos principais problemas do sistema tributário atual.

Além disso, a vinculação do crédito ao recolhimento pelo fornecedor só ocorrerá se a empresa adquirente tiver a opção de efetuar o recolhimento do imposto devido pelo seu fornecedor. Esse ponto dá mais flexibilidade para as empresas, pois elas poderão optar por fazer o recolhimento em substituição ao fornecedor para evitar restrições ao creditamento, o que poderia implicar cumulatividade.

3) Ampliação do período de transição de 20 para 40 anos para a distribuição da receita do IBS entre estados e municípios

O período de transição para que a distribuição da receita do IBS entre estados e municípios passou de 20 para 40 anos e será dividida em duas etapas. Essa medida atenua os efeitos da transição do IBS da origem para o destino, de modo que nenhum estado e município tenha seu planejamento fiscal comprometido.

4) Definição dos setores que poderão ter regime diferenciado na lei complementar do IBS

O novo texto define regime diferenciado do IBS aos seguintes setores: combustíveis e lubrificantes, produtos do fumo, serviços financeiros, operações com bens imóveis. O tratamento diferenciado a esses setores ocorre nos IVAs de vários países, devido as particularidades desses setores. Mas o tratamento diferenciado não significa tratamento favorecido (redução de alíquotas, por exemplo), apenas envolve formas diferentes de apurar e recolher o tributo.

Fonte: Agência CNI de Notícias

SIQUIRJ INFORMA

Nº 239

Fev/2022

Editorial

Um ministério para si

Há tempos que o SIQUIRJ insiste na necessidade de o ERJ estudar as alternativas para aproveitamento do gás natural, além da termogeração de energia elétrica. O SIQUIRJ detalha as múltiplas possibilidades de se instalar projetos petroquímicos – inclusive ureia – a partir de moléculas extraídas do gás de Campos, antes da chegada do gás na termoeletrônica.

AABIQUIM, ressalta a importância estratégica da indústria química para sustentar o nosso crescimento socioeconômico. Ambas as entidades concordam que há necessidade de se adotar políticas de apoio à indústria química nacional.

Ainda, o agronegócio precisa de fertilizantes, em particular de ureia. A importação quase dobrou em relação a 2020, o que mostra a vitalidade do agronegócio brasileiro e reforça a importância estratégica da produção nacional de fertilizantes nitrogenados, conforme já comentamos acima.

O que não faz sentido é que, enquanto o Brasil aumenta a sua importação de nitrogenados para atender a demanda interna do agronegócio, unidades, antigas é verdade, de nitrogenados, como, por exemplo, a Fafen-PR, sejam desativadas – a Fafen abastece a 30% da demanda nacional de fertilizantes nitrogenados.

Agora, com a crise geopolítica na Europa, o custo das importações deve subir e a disponibilidade de suprimento diminuirá, a Rússia que atende a 80% das nossas necessidades, vai reduzir a quantidade exportada para garantir o seu abastecimento interno.

Para complicar, o Governo Federal decidiu antecipar a extinção do REIQ, o que pode levar ao fechamento de mais fábricas químicas ao longo da cadeia produtiva.

A origem de tanta incoerência e desconhecimento é a ausência de um ministério que a Indústria possa chamar de seu, tenho dito.

Governo prepara lançamento de Plano Nacional de Fertilizantes

O governo federal já tem pronto um Plano Nacional de Fertilizantes com diretrizes para aumentar investimentos na produção e reduzir a dependência de cerca de 85% de importação do produto.

Entre os países com larga escala de produção agrícola, o Brasil é o único sem autonomia no fornecimento de fertilizantes, o que parece um contrassenso dado o peso do agronegócio brasileiro no comércio internacional.

Fontes que participaram da discussão e da elaboração do plano confirmaram que um decreto presidencial deve ser publicado em breve com as principais diretrizes e metas de execução do projeto. O objetivo não será a autossuficiência do país, mas reduzir a 60% a importação de fertilizantes para tratamento das áreas de plantio.

O ponto de partida, após publicado o decreto, será promover um mapeamento geológico do país para descoberta dos minerais necessários para a produção, como potássio e fósforo. Sem a matéria-prima, não há como escapar das importações.

O prazo para atingir a meta de redução das importações é muito longo e mantém o país numa posição de fragilidade diante dos riscos de desabastecimento de fertilizantes no mundo. “Eu participei do grupo de discussão do plano e a conclusão é que são necessários investimentos altíssimos para reduzir a nossa demanda em 20% ou 30%, mas demora no mínimo 20 anos para ter um bom resultado”, disse Roberto Rodrigues, que foi ministro da Agricultura.

Apesar de ter uma das maiores áreas plantadas do mundo, a terra brasileira é “pobre” e precisa de muito adubo.

“A terra brasileira é pobre nos principais produtos químicos para garantir o plantio. A variação de qualidade também é grande em diferentes regiões. Portanto, o fertilizante é fundamental para o desenvolvimento do agronegócio no país. Ao contrário do que muita gente imagina desde a ‘grande mentira’ contada por Pero Vaz Caminha de que ‘nesta terra, em se plantando tudo dá’”, diz o ex-ministro.

Rodrigues ressaltou a importância de o Brasil manter diálogo aberto e constante não só com os russos, mas também com Canadá, China e Marrocos, de onde o país compra muitos fertilizantes, além de garantir acordos comerciais para equilibrar a balança comercial.

“Nós temos que conversar com todos eles. É estratégico o fechamento de acordos comerciais com grandes consumidores dos nossos produtos. Em agricultura, a abundância é muito mais grave do que escassez, porque ela demanda gestão de estoques. Além de garantir os fertilizantes, o Brasil precisa de acordos comerciais para não correr tantos riscos”, avalia Roberto Rodrigues.

Fonte: CNN Brasil

Produção e vendas internas de químicos têm leve alta em janeiro

Os índices de volume dos produtos químicos de uso industrial iniciaram o ano

com resultados positivos na comparação de janeiro/22 com o mês anterior: para produção, a alta foi de 0,38%; para vendas internas, elevação de 2,50%; e a utilização da capacidade instalada subiu para 82%, registrando o melhor janeiro dos últimos quatro anos e o melhor resultado mensal desde outubro/18.

Em relação ao consumo aparente nacional, houve recuo de 17,5% sobre o mês anterior. O expressivo declínio é resultado da forte queda das importações dos produtos amostrados no RAC (-39,4%), puxados pelo grupo de intermediários para fertilizantes, cujo volume importado caiu 50,7% em janeiro deste ano, sobre dezembro/21.

No que se refere ao índice de preços Abiquim-FIPE, a variável registrou recuo de 0,56% em janeiro/22 com relação a dezembro, mas alta de 51,24% em relação a janeiro/21. Os preços de produtos químicos de uso industrial no mercado local estão sendo impactados por variações do mercado internacional. O petróleo Brent chegou à US\$ 92,3 o barril no início de fevereiro, puxando a nafta petroquímica, principal matéria-prima da química de base, para o valor de US\$ 772 a tonelada em janeiro deste ano, alta de 56% em dólares em relação a igual mês do ano passado. Apenas em janeiro de 2022, sobre dezembro, a cotação internacional da nafta, convertida para reais, teve alta de 8,7%.

Outro insumo da indústria química que tem enorme relevância sobre os custos no mercado interno é o gás natural, que também se encontra em um patamar muito elevado desde o início do segundo semestre do ano passado, sobretudo pela maior demanda para geração de energia elétrica.

“Olhando para o futuro, com o aumento da produção de óleo e de gás no Brasil, a indústria química tem a oportunidade de crescer e se desenvolver, desde que esses insumos possam ser acessados de forma competitiva”, observa a diretora da Abiquim, Fátima Giovanna Coviello Ferreira. “A química pode ajudar o Brasil a se desenvolver, agregando valor aos seus recursos naturais e mitigando riscos inerentes às modificações no mercado de combustíveis.”

Em sua visão, cabe ao governo brasileiro uma importante e urgente decisão: a definição entre ser exportador de commodities ou de bens acabados, que trazem muito mais valor ao País.

“Também são urgentes as reformas tributária e administrativa, as soluções de infraestrutura e de deficiências logísticas, além da redução do custo Brasil, que impõem custos ao país que não são compatíveis com os que se praticam no mercado internacional”, alerta a diretora da Abiquim. “Atrair investimentos é urgente para que o Brasil possa dar condições aos 12,4 milhões de trabalhadores desempregados retornarem à atividade. A química está confiante de que, ajustando corretamente o rumo e a direção, pode voltar a crescer, oferecendo produtos, serviços, inovação e empregos compatíveis com uma nova realidade econômica e com as necessidades de uma produção limpa e sustentável.”

Fonte: Abiquim

Reuniões das Comissões do Siquirj retornam em março

Segundo o Calendário de Reuniões do Siquirj para o ano de 2022, retomaremos nossos encontros das Comissões Técnicas de Recursos Humanos e Meio Ambiente e Segurança no mês de março.

No próximo dia 10 de março (quinta-feira), às 10h, por meio de videoconferência, contaremos com a apresentação do Dr. Pedro Capanema, Consultor Jurídico da Firjan, trazendo seu parecer e observações sobre o Novo Marco Regulatório Trabalhista Infralegal, destacando as questões de Terceirização e as Decisões recentes do TST e STF sobre o tema e novidades sobre o procedimento de mediação coletiva. Além disso, comentará o Projeto de Lei 2058/21, que abrange as Gestante e o COVID.

Já a Comissão de Meio Ambiente e Segurança do Siquirj realizará seu primeiro encontro do ano no próximo dia 15 de março (terça-feira), às 15h, também por meio de videoconferência. No encontro, será apresentado o novo coordenador que assumirá a Comissão, bem como a substituição de alguns participantes. Além disso, o intuito é reunir sugestões dos próprios membros sobre temas que sejam pertinentes para o setor, a fim de gerar novas pautas para as próximas reuniões.

Os dados de acesso para as respectivas reuniões estão sendo divulgados através de e-mail e WhatsApp. Os encontros são realizados através da Plataforma Zoom.

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2020/2024

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Wagner Luiz Rodrigues de Sá
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Conselho Fiscal

Efetivos

Ciro Alves
Angelo José Brazil Ferreira
Alexandre Fagundes de Mattos

Suplentes

Larissa Arias
Jorge Luiz Cruz Monteiro
Rodrigo Simion Hunger

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia